



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 031/2024

(Plenária Presencial)

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom**; Carina de Lima Ferreira, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Francyne Rosa, **CEA**; Andréia Brito Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Fuhr, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; e Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**.

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Vamos iniciar a nossa plenária. Vamos para

as comissões direto? Depois a gente vai para as outras questões, pode ser? O que temos de comissão? Finanças não tem nada, pelo que eu vi ali. Registro tem algum? Semana que vem vamos estar solicitando o carro para a gente poder fazer dois momentos de visita. **Francyne**

da Rosa, CEMME: A gente se reuniu para tratar sobre os documentos do SEI, porque hoje não temos os documentos para relatar a reunião. A gente não tem um documento para relatar a reunião, a gente faz ali um despacho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Pessoal, para garantir a gravação, a gente precisa focar na pessoa que está a falar. **Francyne da Rosa,**

CEMME: Hoje pela manhã, a comissão de registros se reuniu para tentar alinhar algumas coisas da análise dos processos. A gente hoje não tem um documento ali dentro do SEI, formalizado, sobre as visitas nas OSCs e sobre as reuniões que a gente faz aqui com as OSCs.

A gente costuma abrir um despacho e registrar de alguma forma, porque senão, dentro do processo, não vai que a gente fez a visita, não vai que a gente fez a reunião. Então, a gente acordou ali de fazer um documento que fique dentro do SEI, que a gente possa assinar como o

despacho, como o parecer, mas um outro documento para visita, um outro documento, então, para reunião. Acordamos ali também de modificar o parecer, agora inclusive com a nova resolução, os documentos ali listados, atualizar o parecer conforme a necessidade que a gente

tem também de incluir algumas informações e atualizar conforme a resolução. A gente trabalhou em cima disso de manhã para alinhar essas questões dos processos SEI. Fizemos uma reunião com uma OSC e agendamos visitas para a semana que vem. **Carolina Aguirre da**

Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Nós vamos fazer dois momentos de visita na semana que vem para

dois bairros. Um vai com o carro que vai ser organizado aqui da secretaria e o outro eu vou com o meu carro também para outra região. **Francyne da Rosa, CEMME:** Com o carro da Carol, a gente vai para a Restinga, e com o carro do CMDS, para os arredores da PUC,

63 Ipiranga, três OSCs em cada visita. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
64 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vamos ver
65 depois em qual a gente vai almoçar. Uma vai dar comida para nós. Comissão de Políticas?
66 **Francyne da Rosa, CEMME:** O SEI é o 24.0.0000.0075.34-1, Associação Beneficente de
67 Pesquisa e Estudo e Prevenção de Doenças Respiratórias na Infância. Foi aprovado e enviado
68 para registro. Foi a visita que foi feita. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
69 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Nós fizemos
70 na semana passada. A Francine e eu fizemos visita, a primeira visita da comissão de
71 monitoramento nessa instituição e também em uma outra instituição que depois a gente vai
72 estar relatando. Nós fomos junto com outras duas funcionárias daqui da secretaria e
73 participamos do momento de alguns questionamentos, apresentação do local, questionamentos
74 de como funcionava o serviço, como era o que foi alcançado ou não em relação também ao
75 repasse, ao recurso que se tinha do projeto. Gostei bastante da instituição, acho que é uma
76 instituição que foi bem interessante a proposta deles. Eles têm fono, psicólogo, TO, fisio e
77 assistente social, e aí eles atendem crianças principalmente voltadas a questões respiratórias,
78 mas a gente já apontou que a possibilidade, a intenção que a gente tem, na verdade, é que eles
79 possam ampliar as metas também para os próximos projetos, porque é um serviço bem
80 interessante para a gente poder fazer a indicação de outras crianças também. É isso. A outra
81 instituição é o 23.50000.76106-0, que é a Associação de Amigos do Hospital Materno Infantil
82 Presidente Vargas, que é a AMI. Nós fizemos a visita depois. Foi bem tranquila. A gente pôde
83 conhecer o espaço em que eles se mudaram há pouco tempo. A gente viu as caixinhas que eles
84 disponibilizam para as famílias com todo o enxoval, com todo um carinho, é incrível. A gente
85 viu tanto a caixa desmontada que vinha, aí depois eles montam a caixa e recebem o kit para o
86 recém-nascido, tanto menina quanto menino, para poder contemplar aquele do projeto.
87 **Francyne da Rosa, CEMME:** Inclusive, fiquei pensando até em uma questão de inovação,
88 porque um material tão simples, que era papelão, vira um berço. O negócio é muito incrível. É
89 até para patentear aquilo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
90 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É verdade. Já foi
91 apresentado aqui pela própria instituição AMI uma vez, mas ele é um cesto, como se fosse um
92 cesto. Ele vem todo desdobrado. Quando tu dobra, tu pode usar tanto como um organizador
93 como também para deixar a criança deitadinha ali dentro. Fica um bercinho para ele. É um
94 amor. Uma das questões que foi trazida para nós é de que trabalha a questão de não ter o

esmagamento da criança. Então, quando a criança é bebê e a gente não está sabendo ainda
manejar, a gente pode também sufocar, esmagar. É uma questão bem interessante. E como eles
são suporte, na verdade, para famílias, às vezes até que estão fora do projeto, mas também são
atendidas pelo hospital, eles acabam também fazendo essa retaguarda. **Francyne da Rosa,**
CEMME: É bem interessante que elas falaram que, além do Hospital Presidente Vargas, todas
as puérperas participam do projeto e de outros hospitais, elas dão suporte também quando
entram em contato. E quem ganhou em outro hospital, mas vem fazer alguma consulta no
Presidente Vargas, é incluído também no projeto. É lindo, é uma caixa linda, cheia de coisas
dentro. É uma lindeza. E o importante é que a caixa em si é um negócio louco, porque a gente
viu a caixa aberta, várias, e aí ela montou uma para nós em segundos. É muito legal e vira o
berço. É um carinho muito grande que eles notam ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do
CMDCA: Esses dois documentos foram feitos por nós e depois a gente só tem que entrar ali
para assinar. Eu já assinei um, depois tenho que assinar o outro. A comissão de recursos está
revisando os outros. Nós nos debruçamos no processo, nos projetos do edital. São os dois
projetos que a gente está acompanhando. Uma outra questão que eu queria trazer também
sobre as comissões, principalmente de Políticas e Finanças. Hoje de manhã teve uma reunião
das duas comissões com uma instituição, e eu queria pedir para vocês, enquanto comissão,
sentarem antes e verem o processo antes. Afinem antes as comissões para poder chamar a
instituição. Porque, por exemplo, a questão do objetivo ou a questão da meta, eu entendo que
às vezes a Finanças queira deixar redondinho, mas já passou pela comissão de Políticas. Mas
eu acho que em qualquer momento dá para chamar a instituição, sem problema nenhum,
qualquer comissão, de preferência as duas até. Mas afinem antes, enquanto comissões, para
chamar a instituição, porque a gente tem que ver os entendimentos. Às vezes, a gente tem
diferente. Mas só na questão, por exemplo, se foi apontado pela pré-análise, no relatório de
vocês, vocês têm que apontar que localizaram. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de**
Pais e amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Mas a gente
escreveu. Está escrito no relatório. Porque se vocês, digamos, não localizei o objetivo, aí lá:
"localizamos de acordo com, localizamos o objetivo que é quando diz". Deixar bem claro para
não ter erro. Os itens que a gente considera, então, a gente desenvolveu dentro do nosso
checklist. Solicitamos também que os outros conselheiros se aproximassem dessa análise, para
ter mais um olhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Mas acho que dá para organizar isso. A ASSETEC, as duas comissões e depois a instituição. Agenda uma reunião com a ASSETEC, as duas comissões. O que você não viu lá? Eu não vi tal coisa. Para mim, Sônia, esse apontamento da ASSETEC é novo. Não sei em que momento que tem ASSETEC. A referência de ASSETEC que eu tenho é a Larissa. Não é a normativa 1? Mas não é a Larissa que fez? Pois é, mas ele não é técnico. A técnica da secretaria é a Larissa. A ASSETEC é a parte jurídica da secretaria. Mas esse processo não é novo, né? Mas é uma sugestão ou uma indicação? **Francyne da Rosa, CEMME:** É só para a gente destacar: é um projeto novo, muito interessante, que é para a escuta de crianças e adolescentes, falando também da questão do meio ambiente, que é um tema muito atual e relevante. O que eu interpreto que pode ter acontecido também é porque é um projeto novo, com um objeto diferente do que se está acostumado a entrar aqui no conselho. Quando leram o projeto, não entenderam o objeto, e o nosso medo era que isso trancasse na hora de fazer o termo de fomento. Então, a gente só orientou a instituição a dar mais um detalhamento naquele objetivo para evitar que acontecesse qualquer tipo de problema. O projeto é muito legal, ela explicou e a gente ficou encantado.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Mas qual a minha dúvida? Por que não passou pela Larissa, a assessoria aqui? Passou? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Passou por um deles. Só que no apontamento diz: "Não fica claro o objeto". Ponto. E aí o Daniel da ASSETEC faz a análise. Não existe uma segunda análise, existe uma informação dentro do processo onde é feito isso e diz se encaixa aqui, e qual é a ressalva? A ressalva é essa. Ponto final. E nós conversamos. Foi feita pela CETEC. Agora se é a Sônia ou a Carol, eu não me lembro quem assina. É a Larissa. O Daniel, e está lá o apontamento. O que nós, quando olhamos, eu não tenho dúvidas e não entro no mérito das gurias aqui. Por isso que a gente chamou. "Rosana, nós vamos ter que fazer, porque as gurias estão apontando. Daqui a dois anos, quando ela resgatar, vai dizer: 'Mas estava ali, eu avisei e trancou tudo'". Daí chamamos as gurias da política, e elas participaram. Aí, por exemplo, tem a despesa de um telefone. Se tenta colocar no projeto que o telefone é para o administrativo, mas que ele está ligado, porque amanhã vão dizer: "Por que um telefone?". É o que a gente vem escutando todos os dias, que não conversa com o teu projeto. Então, tenta fazer todas as tuas despesas conversarem dentro do que tu está escrevendo. E é isso. A Pricila questionou algumas coisas,

e quando ela explica, a Priscila disse: "Então bota isto que tu está nos explicando dentro do teu projeto". Porque daí vai dar certo, a gente vai conseguir também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que é só organizar o nosso fluxo, que pode ser melhorado sempre. Quando vêm apontamentos, colocar mais claro no parecer da comissão de políticas que foi atendido ou que não foi atendido em relação ao parecer, dispor lá onde estava. E também, principalmente quando for fazer reunião com as instituições, as comissões sentarem antes, afinarem para poder chamar a instituição com um olhar único. Porque a gente fica com dois olhares e não dá. No momento da reunião, a gente tem que fazer uma observação a favor da nossa unidade. Uma outra questão. Amanhã, quinta-feira, nós temos duas visitas na comissão de visita. Vai a Letícia e a Rose. Tranquilo, Letícia e Rose, para amanhã? Amanhã à tarde. Saída daqui às 14 horas, né, Iris? Vamos para duas instituições no centro. Depois eu passo as instituições para as conselheiras. Tenho que passar o número do SEI. Depois eu passo para poderem fazer uma análise antes, para a gente saber as instituições. Uma outra questão também é as representações... Tem mais alguma coisa sobre comissões? Ah, tem mais dois processos ainda, desculpa. **Letícia Giardin, FASC:** É o 23.0.000128.677-3, União Fraternidade, Paz e Justiça. Foi uma rede com 5, aprovado e enviado para registro. E a outra foi o 24.0.000071.207, Instituto de Integração Social, e foi uma rede com 5, aprovado e enviado para registro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Já dei ciência hoje. Nas comissões podem dar ciência e já fechar os processos. E a gente pode criar, Iris, um daqueles documentos que você falou para facilitar as assinaturas. Até tem uma assinatura para o bloco também. Dá para criar uma assinatura para o bloco, que é mais prático. Quem vai assinar são os conselheiros que fizeram as visitas. É só para assinar a nossa ficha de visita, que já está anexada nos processos. **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente, então, comissão que está com esses processos em aberto, damos ciência e fechamos da nossa comissão? Mas se a gente fechar, eu consigo depois assinar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, fechou, fechou. Mas tu podes reabrir. **Francyne da Rosa, CEMME:** Então sugiro que, no primeiro momento, deixe aberto. Assina o bloco e depois de assinado, se fecha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Na política a gente já fechou, né? É só para não ficar

aberto na caixa de vocês. Outra questão, então, é as representações nas comissões. Nós precisamos que o conselheiro que venha nas comissões se dedique para trabalhar na sua comissão. E, ao mesmo tempo, a gente precisa também que os conselheiros que não estão vindo nas comissões possam retomar. A gente está com pouquíssimas pessoas atuantes na comissão de registro, atuantes na comissão de finanças. Na de políticas, acho que é a comissão que um pouquinho mais tem, e a maioria é atuante. Então, ainda temos que ser mais atuantes. Nós não estamos com acúmulo de processos, mas, de qualquer forma, todos nós temos a responsabilidade enquanto conselheiro. E uma das responsabilidades é se fazer presente de corpo, alma e cérebro nas comissões. A gente precisa trabalhar e avançar algumas questões. Hoje, a Iris conseguiu uma outra sala ali para nós, perto da sala 100. Aquela sala, eu gostei bastante, não é uma comissão que dá para ser muito grande, mas dá para usar. A sala 100 está sendo usada para cadastro. Se eu não me engano, eram cerca de 1000 ou 2000 cadastros que faltavam ser feitos ou atualizados. Então, quando o pessoal me falou, não tinha uma previsão de ser nossa novamente. É que assim, o que eu quero dizer para vocês é: ok, é delicado, mas também faz parte da nossa função de conselho. Ou a gente pode dizer: "Ok, vai ficar este olhar de SIPIA para x número de conselheiros que vão ter acesso". **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu tenho uma proposta, que os corregedores nossos do conselho, que fazem a corregedoria, tenham. Aí é bem restrito, porque tem toda a questão de proteção dos dados, sigilo, e talvez a presidência do conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu até ia sugerir, quando eu li, eu pensei: "Conselheiro tutelar não cabe para nós". Então, vamos colocar assim: presidência, vice, os dois corregedores, que é a Aline e a Sônia, e a quem mais de conselheiros quiser. Pode ser assim? Então, olha só, vamos repetir: presidente, vice, os dois corregedores e a mais quem dos conselheiros quiser, tá? Só que a gente precisa que isso seja o quanto antes, então vamos dar uma data até sexta-feira para a gente poder encaminhar quem quer encaminhar de uma vez. Tá, então é isto. Sobre a conselheira Aline, veio alguma questão, Iris, dizendo que ela não é mais representante pela Secretaria da Juventude? Então, daí eu vou ver com ela depois, porque parece que a gente ouviu alguma coisa assim. Outra questão: segunda-feira, nós vamos ter uma reunião com a procuradora, e aí nós vamos ter uma reunião para tratar algumas questões. Uma das questões que a gente vai levar é um processo aquele, para a gente poder estar conversando sobre doações naquele estilo, aquela solicitação de documentação, apontamentos e coisas

223 assim. E também nós vamos estar levando para a gente poder conversar sobre uma resolução
 224 de majoração, que é bem na linha que a gente já conversou de quando tem dissídio, quando
 225 tem a inflação, alguma coisa nessa linha, assim, que não precisa voltar do início o projeto de
 226 novo para atualizar, porque são coisas que são normais. E também uma questão que a gente
 227 tem que conversar aqui entre nós, é uma questão, eu não tenho o texto agora aqui, mas da
 228 gente poder conversar qual seria um percentual e como que a gente colocaria um percentual
 229 pensando em resgates de recurso. Hoje nós não temos nenhum apontamento sobre ou
 230 resolução sobre questões de resgate. A instituição, ela pode vir e resgatar R\$ 5.000 ou ela
 231 pode vir e resgatar, em uma vez só, R\$ 500.000. Pensando em um mínimo e pensando em
 232 quantidade de vezes, o que seria interessante? Na executiva, a gente já conversou sobre 20%.
 233 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Foi aqui na
 234 plenária. Nós conversamos na plenária passada. Não, não tem aprovação. Nós falamos de 20%
 235 do valor. Inclusive, a gente falou que, dentro dessa nova perspectiva, a orientação dos novos
 236 projetos teriam que ser adequados, porque muitas instituições talvez nem captem os 20%, e
 237 por isso tem que ter um corte de transição e os projetos novos concebidos. Eu, por exemplo,
 238 particularmente, da instituição que eu dirijo hoje, eu acho que eu nunca cheguei aos 20%, eu
 239 nunca poderia ter pedido o recurso. Tem instituições que não chegam nem a 10%. É, porque
 240 os projetos foram escritos dentro de uma perspectiva ideal, computando todas as... Agora,
 241 com a nova orientação, que nem está aprovada a nossa nova resolução de captação, né? As
 242 alterações nós não aprovamos ainda. Não, nem fizemos. É, nós temos que pensar nisso porque
 243 tem que orientar as instituições, inclusive aquilo que a gente falou, a forma de fazer o
 244 orçamento, e, inclusive, também para orientar o acolhimento da equipe que acolhe e analisa
 245 para analisar a partir dessa nova lente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 246 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas quanto
 247 a percentual, vamos pensar em percentual e vamos pensar em quantidade de vezes em que a
 248 gente poderia colocar. É interessante a gente colocar um mínimo? **Frei Luciano Elias Bruxel,**
 249 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu não limitaria o número de vezes, por
 250 enquanto, até a gente não ter a orientação do novo projeto, da nova proposta. Nós vamos criar
 251 uma amarra, um empecilho, que de novo vai ser usado e vai atrapalhar a nossa vida. Nós
 252 vamos discutir que estamos na transição de novo, sem a gente ter a definição da alteração da
 253 resolução que regula o processo de captação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 254 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

255 **CMDCA:** Mas a gente pode fazer junto, Frei. É exatamente, acho que a gente pode fazer
 256 junto. Só que a gente tem que ver o que que a gente poderia colocar, além disso, o que que a
 257 gente poderia estar trocando na resolução 150? Que itens, além da questão dos orçamentos e
 258 algumas exigências ali, alguma coisa além disso? Porque que eu falo a questão do percentual e
 259 de quantidade de vezes? Porque tem instituições, como disse a Lisete, não captam às vezes os
 260 3% ou 20%. Então, sim, a gente tem que começar a organizar as instituições para a gente
 261 poder fazer projetos possíveis, vamos dizer assim, né? Alcançáveis. Com questões de valor e
 262 não com questão de projeto, vamos dizer assim. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que
 263 pensar que a gente coloca uma possibilidade também de organização para o setor do
 264 Funcrância. Se a gente coloca a quantidade de vezes, eu acho que é um limitador, sim, mas é
 265 um limitador que não é ruim. A gente também tem que pensar que as instituições, muitas
 266 vezes, elas vêm solicitar recurso para fazer uma ação, uma aquisição ou um só, uma das
 267 questões. E olha quantos termos aditivos ou quantos termos têm que ser elaborados. **Sônia**
 268 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É uma sugestão, eu
 269 acho que deveria separar. Teria que ter uma análise mais detalhada do que é a parte de RH,
 270 né? Geralmente, a gente teria que ter uma noção. Os projetos chegam aqui, a maioria para
 271 pagar RH. Chamar as instituições, porque o RH se subentende que tem que pagar
 272 mensalmente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 273 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas é um aditivo só. Tu organiza
 274 toda a tua documentação para este plano. Aí tu terminou, digamos, este plano, aí daqui a
 275 pouco tu vem e faz um outro plano solicitando mais alguma questão. Tem instituições que
 276 fazem, a cada três meses, digamos, um novo plano. E aí um novo plano é uma nova assinatura,
 277 é uma nova documentação, é uma nova liberação, é tudo um novo. Quando tu solicita ali, eu
 278 sou a instituição, eu tenho R\$ 1 milhão captado. Eu solicitei no meu primeiro plano R\$
 279 100.000 para mim comprar um carro. Aí eu fiz o meu plano, apresentei a documentação,
 280 assinei o termo, me liberaram o recurso, eu comprei o carro. Aí depois eu quero mais R\$
 281 500.000. Aí eu faço a solicitação, faço o plano, apresento a documentação, assino o termo, me
 282 liberam o recurso e aí, de acordo com os meses, eu gasto os R\$ 500.000. A cada plano, a
 283 burocracia é a mesma. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**
 284 **Assis – CPCA:** Mas o que eu acho que, Carol, está faltando talvez uma discussão com a
 285 equipe administrativa, uma orientação, porque a gente poderia, inclusive, na formação que nós
 286 tivemos com a Sandra, ela falou que poderia ter um desembolso único previsto no plano de

287 execução. Claro que na época foi pensado que fosse parcelado para que não houvesse um erro
288 e depois uma devolução maior, porque tem instituições pequenas que às vezes não têm uma
289 capacidade de gestão tão qualificada para não haver erros. Mas a maior parte das instituições
290 hoje que recebem recursos, que apresentam, já têm uma capacidade instalada de gestão
291 bastante qualificada. Quanto mais repasses, mais burocracia a equipe aqui interna tem que
292 vencer. Por isso que eu acho que o planejamento, o plano de trabalho, como já tem um projeto
293 que está aprovado, que é a carta de captação, e o plano de aplicação que é apresentado e o
294 número de repasses, ele é definido de acordo com uma ligação que o plano de trabalho tem
295 com aquilo que foi aprovado. Se ele está bem lógico, congruente, poderia, com uma
296 orientação, ter e fazer um termo único, tanto com recursos humanos. Porque eu acho que o
297 jeito como está acontecendo, muito, cada instituição, que nem eu estou lembrando a Quínder,
298 que tem mensal, que tem, mantém quase a instituição. Tem como tem a Santa Casa, é mais
299 aquisição. Aí varia um pouco, porque eu acho que eu tenho medo de a gente amarrar ainda
300 sem a gente ter bem claro o processo todo. Nós estamos discutindo os pedaços. A gente
301 deveria olhar um dia, pegar, abrir a resolução de captação e ver os anexos, já pensar, e aí a
302 gente pode estabelecer. Eu acho que vamos repassar conforme o projeto. Se for mais de
303 aquisição de coisas, aí vale a pena fazer um único. O grande problema é que, como é dois
304 anos, às vezes a instituição achou que ia captar de uma empresa, não deu certo. Só entrou a
305 metade do que previu. E ela tem necessidades, ela vai pedir aquela metade. Talvez fazer um
306 pedido por ano pudesse disciplinar para não ter tanto trabalho na parte de fragmentação. O
307 número de pedidos, então. É, o número de pedidos por ano, porque se o projeto é dois anos,
308 que num ano a instituição possa fazer o planejamento, esse ano eu vou precisar disso, tenho
309 captado isso e se organizar, para não multiplicar o número de vezes. Eu também ficaria triste
310 com uma instituição pequena que fez um esforço. Até ela apresentou, de repente, um projeto
311 pequeno lá, R\$ 100.000, e ela conseguiu captar R\$ 10.000, a gente dizer: "Ela não conseguiu
312 os 20%". Talvez o esforço dela e aqueles R\$ 10.000 impactem tanto no trabalho de uma
313 comunidade, estou pensando lá numa associação comunitária bem pequena. Para uma
314 instituição grande, os R\$ 10.000 não fazem muita diferença, mas para uma pequena faz toda a
315 diferença. Às vezes, significa adquirir um bifê novo, uma reforma e pintura que quer melhoria,
316 melhorar o espaço. Então, eu acho que o conselho, nós não devemos ser o lugar que atrapalhe.
317 Tem que ter uma disciplina, concordo, Carol, para não ter um excessivo número de pedidos
318 que aumenta muito o trabalho da equipe. E outra coisa que eu queria lembrar, nas nossas

319 tensões lá com o prefeito e com respeito à equipe aqui que trabalha no fundo e no conselho,
 320 que eu acho que dá de si com muita energia, ele falou que não seja a falta de recursos humanos
 321 o motivo de atrasar os repasses e que tem condições. Se aqui o espaço é pequeno para abrigar,
 322 que a gente tenha numa secretaria um espaço tanto do idoso quanto da criança, o RH
 323 necessário para avaliar os projetos. Porque nós não podemos ter o recurso não sendo investido
 324 por problemas nossos de morosidade. **Francyne da Rosa, CEMME:** Em média, quantos
 325 projetos chegam para o CMDCA? Novo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 326 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 327 **CMDCA:** Nós temos, regularmente, pela prestação de contas que a Jennifer fez, em média 30
 328 e poucos processos pagos mês. Todos os meses, essas 30 e poucas instituições recebem. Mas
 329 o novo que chega para as comissões, eu não tenho o levantamento. Eu fico pensando que
 330 realmente esses R\$ 5.000, quando a gente fala, é para uma instituição, às vezes, a diferença. E
 331 eu também fico pensando duas coisas: uma é, se tu faz um projeto de R\$ 500.000 e tu capta
 332 R\$ 100.000 ou menos, tu tem que readequar aquele projeto. Ponto. E aí eu acho que teria sim
 333 que vir para o conselho, como está sendo agora. E, ao mesmo tempo, não travar essa
 334 instituição, porque se a gente trava essa instituição, a gente perde uma instituição de interesse
 335 de captar. E eu acho que a gente tem que, na verdade, fazer eles terem interesse de captar,
 336 porque toda instituição pode e deve captar, independente se vai captar R\$ 5.000 ou menos, ou
 337 mais. Eu acho que a gente, na verdade, teria que fortalecer as captações de recurso com os
 338 projetos para as instituições. Nessa linha, realmente a gente botar um mínimo, eu acho que
 339 complica. Mas a gente poderia colocar, então, um máximo de resgate, não em valor, mas em
 340 quantidade de vezes, que daí a gente conseguiria, talvez, estipular um pouco mais as
 341 condições. Eu acho que é viável, porque também, Frei, penso que, às vezes, a instituição, se
 342 pensar um por ano, é pouco, porque tu pode ter também algumas imprevistos que tu não
 343 consegue administrar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**
 344 **– CPCA:** Pela minha experiência, hoje a burocracia tem levado 3, 4 meses para liberar, até
 345 meio ano. Então, se tu pensar duas vezes, vai pedir em um ano, vai estar no segundo semestre
 346 ganhando e já tem que encaminhar o pedido do outro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 347 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 348 **CMDCA:** É, eu acho que a gente poderia pensar, limitando em 4 resgates por carta. E aí a
 349 instituição se organiza. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**
 350 **Assis – CPCA:** Já, claro. Pode começar, pode tramitar junto. São dois por ano. **Carolina**

351 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 352 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, é a mesma coisa. A documentação é a mesma.
 353 Só não se assina um termo novo, se faz um aditivo. Como agora possibilitou a questão dos
 354 30% ali, aí não tem problema, se faz aditivo. Mas a documentação é a mesma. Para te fazer o
 355 termo ou o aditivo é todo aquele catatal. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
 356 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que a gente poderia estar discutindo com a
 357 procuradora. Como o marco regulatório prevê, é a alteração no plano de trabalho sem aditivo,
 358 que pode ser... o marco regulatório prevê a qualquer momento alteração e adequação do
 359 plano de trabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 360 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso se faz, Frei. Digamos
 361 assim, eu estou com o meu plano de trabalho lá, trabalhando. Aí, está constando que eu quero
 362 comprar, sei lá, o que eu quero comprar ou o que eu quero pagar alguma coisa. Aí surgiu uma
 363 doação e eu não vou comprar, eu não vou gastar naquela questão. Aí eu faço uma alteração no
 364 meu plano de trabalho, solicito para cá. Isso já acontece. Então, nós vamos conseguir fazer na
 365 PUCRS o seminário. E aí, Guilherme, tu pode ver, por favor, como é que a gente amplia o link
 366 para a gente fazer as inscrições para as instituições da rede e também para os conselhos de
 367 direito? Mas aí eu acho que tu pode ver, mesmo o Paulo estando de férias, eu acho que tu
 368 pode ver com o Paulo. Porque eu não quero incomodar ele nas férias dele, mas tem como me
 369 caracterizar essa demanda, certinho, para eu me dar o fluxo? Te mando pelo whats, pode ser?
 370 E aí, então, entramos nos editais, pode ser? Então, tá. Nos editais, vamos tentar, o que eu
 371 estava propondo para as gurias e para o pessoal que estava trabalhando de manhã aqui, de a
 372 gente vencer pelo menos um dos projetos hoje, porque eu gostaria de enviar para a análise da
 373 ASSETEC, análise da PGM, para a gente poder também já avançar um pouquinho. Porque
 374 senão a gente fica escrevendo e melhorando o texto em 10.000 anos e a gente não envia nunca
 375 para a frente também. Então, vamos ver. Eu não vi se alguém apontou alguma coisa sobre
 376 algum dos projetos no drive, não, né? Então tá. Também quero falar para vocês em que eu
 377 pedi uma assessoria, na verdade, para o Rodrigo Gonzales, para ele poder nos municiar, vamos
 378 dizer assim, ou nos embasar em relação ao edital da forma que nós trabalhávamos antes. Aí eu
 379 fiz um áudio para ele, bem longo, mas eu coloquei para ele todas as questões em que a gente
 380 trouxe. Também trouxe a minha fala e a fala da Rose ontem na plenária, para a gente poder
 381 contextualizar, principalmente a questão, e hoje acho que a gente conseguiu dar uma avançada
 382 de manhã também, na questão da seleção e critérios, de que ele não é excludente a alguma

instituição, mas que a gente possa estar vendo os critérios para poder ver as formas de seleção.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –

Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Não, o de cima. Do Conselho Tutelar. A

PUCRS foi trocado o lugar. Antes era no Ministério Público e agora vai ser na PUCRS. E aí

depois a gente vai mandar o link para as inscrições. Não, porque não é uma resolução. E eu

consultei para embasamento, para a gente poder ter embasamento. Porque eu quero ver com o

Rodrigo, na verdade, é o embasamento de como que a gente pode ou se a gente não pode, e o

que a gente pode em relação a editais. Eu acho que, principalmente, não é nem a forma de

fazer como a gente está fazendo agora, que a gente está tentando trabalhar mais ou menos por

políticas públicas, mas é a questão, na verdade, da seleção e dos critérios. Eu acho que, para a

gente não levar nas costas futuramente que esta presidência ou que este grupo de conselheiros

tiveram a incrível ideia de mudar e que não está embasado em lugar nenhum, vamos ter um

embasamento para a gente poder trabalhar. É assim? OK, vamos trabalhar. Não é assim?

Então, vamos fazer de outra forma. Ele ajudou no nosso da proteção. Ele já deu um montão de

ideias para a gente poder trabalhar. E ele já tinha trazido na formação que a gente fez que,

infelizmente, a forma que a gente fazia não dava mais e que a gente tinha que ter seleção, e não

necessariamente competição. E aí entra a questão: a seleção é uma competição? De uma certa

forma, é. Mas a gente tem que ver de que forma fazer a seleção para poder atender. **Frei**

Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: O que a

proposta tem que ser é o mais inclusiva possível. É isso que o Fórum pediu.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –

Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Todo mundo junto. É isso aí. E a gente tentar

atender de diversas formas. Então, é assim: estes projetos aqui, eles são... a base do projeto é

quase a mesma coisa para todos os demais projetos. Então, pode subir, por favor. O que eu

acho que a gente tem que trabalhar é a justificativa, por que que a gente vai trabalhar neste

projeto, o trabalho infantil. Conversar e discutir critérios e conversar e discutir valores. Eu

acho que são essas questões que a gente tem que trabalhar aqui, porque exatamente acho que é

isso, é a nossa grande dificuldade. O restante de vírgula e pontuação, depois a gente vê,

porque o português não está tão bonitinho. Isso aí depois a gente vai vendo e alinhando, e

também o que vocês já sugeriram até agora. Então é isso. Então, vamos lá. Trabalho infantil é

definido como qualquer atividade econômica ou tarefa realizada por crianças e adolescentes

que interfere em seu desenvolvimento físico, mental, social ou moral. Trata-se de uma forma

de exploração que priva as crianças de direitos fundamentais, como educação, lazer e a saúde, colocando-as em situação de vulnerabilidade e risco. No Brasil, a legislação, de acordo com a Constituição Federal e o ECA, proíbe o trabalho de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. A prática do trabalho infantil é frequentemente impulsionada pela pobreza, pela desigualdade social, pela falta de acesso à educação de qualidade. Crianças em situação de vulnerabilidade acabam sendo inseridas no mercado de trabalho informal, muitas vezes para complementar a renda familiar, o que perpetua o ciclo de pobreza e dificulta a superação de condições adversas. O trabalho infantil é uma violação dos direitos fundamentais da criança e adolescente, comprometendo seu desenvolvimento integral e perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social. Apesar dos esforços significativos realizados nas últimas décadas, a erradicação do trabalho infantil permanece um desafio em diversos contextos. Aí entra a recomendação do CONANDA. Pode subir, que isso aí a gente já sabe praticamente de cor. Além disso, o sistema de garantia de direitos busca ampliar o acesso a atividades culturais como um meio de fortalecer a cidadania, o aprendizado, a convivência democrática e a participação social. Ao envolver as crianças e adolescentes em atividades que estimulam esses valores, é possível criar um hábito propício para o exercício da cidadania. O sistema também promove ações de conscientização sobre as práticas que configuram o trabalho infantil no contexto familiar, destacando que, embora crianças possam participar de tarefas domésticas, isso não deve, em hipótese alguma, interferir no seu direito à educação, ao lazer e ao brincar. O foco é garantir que a criança cresça em um ambiente que respeite seus direitos, promovendo sua plena proteção e desenvolvimento. Na cidade de Porto Alegre, com o passar dos anos, ocorrem muitas mudanças, avanços e alguns retrocessos no que diz respeito ao direito da criança e do adolescente e, com isso, as demandas também aumentam. Podemos citar que a cidade foi fortemente impactada pela COVID-19 e, neste ano, a situação de calamidade que também atingiu a cidade. Até o presente momento, as crianças e adolescentes sofrem com as consequências que fizeram pessoas migrarem de uma região para outra, demandando intervenções nas políticas de habitação, saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre tantas outras políticas de atendimento. Políticas primordiais que possibilitam o desenvolvimento integral da criança e do adolescente enquanto sujeito em formação. Segundo os dados do IBGE, então a gente traz as questões ali que foi trazido como dados. Pode subir. Frente a isto, mostra-se urgente a necessidade de fomentar a implementação de práticas inovadoras ou complementares que visem ao combate ao trabalho infantil nos

447 diferentes espaços de atendimento à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade
 448 social e econômica, expostas a riscos sociais e pessoais, a fim de assegurar a sua permanência e
 449 interesse nesses lugares que garantem a sua proteção integral. Então, aqui sim, seria o nosso
 450 público-alvo: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica,
 451 expostas à situação de risco, dentre eles o trabalho infantil, vinculado a organizações de
 452 sociedade civil que prestam atendimento voltados para o público infanto-juvenil direto ou
 453 indiretamente, nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre. Então, toda a idade da criança
 454 e adolescente. Aí, então, aqui, objetivo geral: fomentar ações, campanhas, programas, projetos
 455 ou e/ou atividades de combate ao trabalho infantil, a fim de mitigar os danos causados pelo
 456 trabalho infantil ao público-alvo e suas famílias. Aí, objetivos específicos: apoiar a manutenção
 457 da criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social e econômica, exposta à situação
 458 de risco nas OSCs que prestam atendimento voltado para este público direto e indiretamente
 459 nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre; incluir o tema de combate ao trabalho infantil
 460 junto às OSCs que atuam com o público-alvo; proporcionar ações informativas sobre a
 461 problemática do trabalho infantil na cidade; promover oficinas socioeducativas que possibilitem
 462 e incentivem a permanência de crianças e adolescentes nas OSCs que prestam atendimento
 463 para este público direto e indiretamente nas diferentes regiões de Porto Alegre; fortalecer a
 464 política de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e
 465 econômica, expostas a riscos na cidade de Porto Alegre. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
 466 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, mas isso são os dados do IBGE. É o censo
 467 populacional do IBGE. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 468 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente não está limitando
 469 a idade aqui. A gente está só colocando um dado. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
 470 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Citando uma idade, de 5 a 17. Eu só queria fazer
 471 umas considerações, olhando para a execução da política hoje da cidade de Porto Alegre. Hoje
 472 o Ação Ruga, por exemplo, tem sido a política que tem feito abordagem de crianças e
 473 adolescentes em situação de rua. Desde a implantação, desde o tempo do SASI e Travessia, do
 474 Sobressair, a gente fez campanhas para que as situações de trabalho infantil tivessem uma
 475 acolhida na rede que existe. Educação infantil, antes do ensino fundamental, e de 6 anos em
 476 diante, era no serviço de convivência. Hoje, para mim, o nosso desafio é que nessas políticas,
 477 essas situações de inclusão requerem mais recursos. A minha pergunta é se o conselho está
 478 propondo uma política que é diferente do serviço de convivência, que é onde ele deveria

479 inserir, ou é para poder fortalecer? Porque a grande preocupação, depois na análise, pensando
 480 na ação da Schmidt, é que a política de serviço de convivência, a FASC deveria garantir o
 481 valor integral, mas a gente sabe que não faz, porque inclusive é a política mais defasada. A
 482 minha pergunta é como é que a gente vai, depois, nos projetos, avaliar quando a instituição —
 483 vamos imaginar qualquer uma das que executam hoje o serviço de convivência — que ações
 484 que ela vai prever dentro do serviço de convivência para ter algo a mais? Como é que a gente
 485 está pensando? A gente tem que pensar, porque depois virão os projetos e como é que a gente
 486 vai qualificar e selecionar aqui dentro do edital? Eu penso que tanto o serviço de convivência
 487 quanto a educação poderiam descrever as atividades e situações em que já fazem hoje dentro
 488 dos serviços e que podem complementar ou até melhorar, garantindo um recurso para manter
 489 aquela criança ali, tanto na educação quanto na assistência. Serviço de convivência, como o
 490 senhor falou, a gente nem vai entrar na questão de valores, porque não vamos entrar aqui.
 491 Mas, se a gente for fazer a própria busca daquela criança, melhorar ou qualificar, ou trazer
 492 uma oficina diferente, é fortalecer o serviço e é fazer esta criança ficar aqui. Se eu fizer na
 493 educação infantil uma busca para a mãe trazer a criança diariamente, fazer reuniões com a
 494 rede, fazer uma, sei lá, até, se for o caso, garantir uma cesta básica para a família, até isso é
 495 uma forma da criança não estar lá na rua. Eu trago uma situação que eu acho que eu já falei:
 496 eu estou com uma família em que a criança tem 2 aninhos e fica na esquina com a mãe em
 497 trabalho infantil. Ele vira cambalhota em toda a Ipiranga, acho que de cima para baixo. Mas ela
 498 diz claramente que ali, com eles, é uma segunda forma de garantir o sustento. E aí? Eu só tirar
 499 esta criança dali da esquina não vai garantir o sustento. E aí, como é que a gente consegue?
 500 Talvez seja ações em que estes editais possam estar trazendo. **Carolina Aguirre da Silva,**
 501 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 502 **do CMDCA:** É, até eu coloquei, coloquei aqui também que a gente pode colocar nos critérios
 503 de seleção também os públicos minoritários, que daí também é uma forma, uma pontuação,
 504 também é interessante, é um critério. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
 505 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu problematizei porque eu tenho uma preocupação. Em algum
 506 momento, a meta que pode ser do serviço de convivência, que uma instituição se preparou
 507 para acolher os casos mais complexos. O que é que acontece hoje na prática, como na escola,
 508 na área da assistência social? As crianças que mais precisam, e se não tiver um trabalho bem
 509 bom, elas são expulsas. Como tem muito menos vagas para o serviço, a rede ela é menor do
 510 que a demanda, é experiência. Nós temos no CPCA 13 equipes de abordagem de rua. Para

encaminhar, tu tem que garimpar sempre as vagas, os espaços do serviço, porque a rede é pequena. A minha dúvida é o seguinte: no momento que pega uma instituição concreta, ela tem um serviço de convivência que deveria estar, pela concepção da política social, priorizando essas situações de maior vulnerabilidade, ela não consegue priorizar porque o recurso é limitado. E então, muitas instituições, casos mais complexos, saúde mental também são expulsos, porque não tem... Nós não pensamos política. O que é que vai acontecer? A minha dúvida, depois que em algum momento, quando vai lá para a PGM, ela vai dizer qual é a apresentar a lista de crianças de atendimento, ela vai lá para o GSUAS, e a mesma criança que está no GSUAS lá, em algum momento ela vai aparecer aqui na prestação de conta, no momento em que informatizar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Estou falando para todos, porque que a gente, se a gente quer, enquanto Conselho, a gente tem que pensar na forma operativa concreta, como é que a gente depois vai avaliar e acompanhar, ah, essas instituições que vão desempenhar o projeto. Porque tu escreve um projeto bonito, mas vai ali as crianças para poder ter isso mais mensurado. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Na verdade, hoje, tentar atingir um número maior de crianças e adolescentes, chamar, a gente corre o risco de daqui a 12 meses não conseguir manter essas crianças. Então, o ideal é qualificar esse atendimento dentro das instituições. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, sim, porque o teu projeto é de 12 meses. Aí tu trabalha com uma criança a mais, 12 meses depois, tchau. Não é assim. A gente não terminou de ler ali, porque na metodologia, quando, depois dos objetivos, a gente tem a metodologia e na metodologia a gente cita a questão da pontuação e cita também algumas diretrizes, algumas ações que a gente prioriza e aí também o que a gente vai considerar: a contextualização, os objetivos, as metas, o plano, os eixos impactados. Período de execução: a contar da formalização da parceria, estabelecendo o repasse financeiro de acordo com a previsão orçamentária. Eu acho que isso é ruim. Eu faria um repasse único e o gasto de acordo com a previsão, com o plano. Entende? Então, tu vai receber em um único repasse, mas tu pode gastar de acordo com o teu plano. É ao contrário, e não eu te liberar a cada mês um valor. E daí fica complicado também para o pessoal daqui. Com o repasse único e a aplicação de acordo com o plano de trabalho. Daí tu vai gastar, eu vou gastar nos próximos 12 meses. Ok. Então, tu vai gastar com cada valor a cada nos próximos 12 meses, mas tu vai receber um repasse único. Eu acho que é planilha financeira. No atual modelo de plano de

trabalho, ele tem, a planilha financeira está dentro, então ele conversa e dialoga. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Período de execução, se tu está dizendo que é conforme o teu plano de trabalho, não quer dizer que eu vou fazer uma só por 12 meses. Eu acho, porque isso dá uma maior estabilidade para as ações. Se é muito curto, às vezes o impacto é tão... nem dá para medir. Às vezes, um projeto de 6 meses, assim, presencial, não dá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E lembrando também de que agora, lá na frente, quando a gente estipular o valor, tem que ser um valor para 12 meses. Mas daí a gente vê como é que vai ser. Metodologia: A fim de buscar atingir o objeto do presente projeto técnico, serão realizadas parcerias com organizações registradas no CMDCA para realizar ações, campanhas, programas, projetos e/ou atividades de combate ao trabalho infantil nas diferentes regiões da cidade de Porto Alegre. As propostas serão encaminhadas pelas OSCs interessadas através da apresentação de projetos para apreciação do CMDCA, e este processo será executado em duas etapas: Inscrição de projetos para apreciação do CMDCA. A OSC interessada deverá enviar o projeto e documentação para o e-mail do CMDCA, conforme exigido no link "Inscreva projetos para captação de recursos". Análise e seleção. A comissão observará os seguintes critérios para estabelecimento de pontuação e escolha das propostas vencedoras: incluir nos objetivos do projeto o tema de combate ao trabalho infantil; apresentar ações, campanhas, programas, projetos e/ou atividades de combate ao trabalho infantil como forma de prevenção e proteção, contribuindo para o enfrentamento do trabalho infantil; seguir as diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, na possibilidade de campanhas contra o trabalho infantil; priorizar em suas ações o fortalecimento de vínculos familiares para crianças e adolescentes em vulnerabilidade de renda e de acesso a políticas públicas. Contextualização: será avaliada a capacidade da instituição em entender o problema a ser abordado pelo seu projeto: sua história, origens, causas principais, conjuntura atual e projeção. Contextualização: será avaliada a capacidade da instituição em entender o problema a ser abordado pelo seu projeto, sua história, sua origem, causas principais, conjuntura atual e projeção. Isso também está em todos os projetos, a gente vai tirar. Não, só quero entender o que seria. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não seria avaliada a capacidade técnica? Só faltou a palavra técnica. A capacidade técnica de compreender o problema, de propor intervenções. Se tiver uma boa análise do problema do trabalho infantil,

575 uma compreensão, é muito difícil ter qualidade de proposta. Essa é a preocupação de quem
 576 escreveu. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 577 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que “entender” é que está meio
 578 complexo. Poderia ser “demonstrar”? Acho que poderia ser assim: contextualização, será
 579 avaliada a capacidade técnica da instituição em propor, em seu projeto, aí sim, a sua história,
 580 origens. Será avaliado para que ele possa propor no projeto algo que possa transformar. Mas
 581 ali está se referindo à história institucional. Lembra que no outro encontro falamos disso, da
 582 existência da instituição. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**
 583 **Presidente do CMDCA:** Está falando da instituição. Os objetivos estão aí embaixo. **Andréia**
 584 **Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Podemos dizer que Porto
 585 Alegre tem alguns pontos crônicos por regiões de trabalho infantil. Só um pouquinho, vamos
 586 ouvir a Andréia. Pensar que algumas instituições pontuais já exercem o trabalho com a
 587 erradicação do trabalho infantil. Essa já tem uma história, já tem uma caminhada. Vamos
 588 pensar, o Frei Luciano tem a sua ação rua, ele já tem essa caminhada e já tem... A Compor
 589 trabalha lá com a ação rua. Tu vai demonstrar, tu vai justificar o porquê que tu vais trabalhar
 590 com essa... Já tem a expertise, a experiência. Uma experiência prévia, alguma coisa assim.
 591 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 592 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ou daqui a pouco a instituição vai ser...
 593 Então acho que é só ali de novo “entender o problema”. Porque acho assim: será avaliada a
 594 capacidade técnica da instituição, apresentando no seu projeto sua história, atividades
 595 anteriores, origens, principais causas, conjuntura. Acho que é só o “entender o problema”.
 596 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu
 597 tiraria “entender o problema”. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Mas e se, por
 598 exemplo, uma instituição mais nova, com menos experiência, apresentar uma intervenção mais
 599 adequada, super bacana, inovadora e diferente do que aquela mais antiga? **Carolina Aguirre**
 600 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 601 **Presidente do CMDCA:** Pois é, foi essa a pergunta. Vai ser uma pontuação diferente. Porque
 602 tem a pontuação de um ponto, aí a gente vai definir também se é um ponto, um ponto e meio,
 603 porque a gente escreve ali que vai ser satisfatório, parcialmente satisfatório e insatisfatório.
 604 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ali
 605 quando está falando, tem uma coisa: uma coisa é a capacidade histórica que a instituição tem e
 606 ali para mim, quando diz “entender a problemática do tema abordado”, que é o trabalho

607 infantil, ali é uma análise, a capacidade de dar uma resposta inovadora para o problema. Acho
608 que tem que ter. Porque pode ser que tenha uma instituição, concordo com a Priscila, que às
609 vezes ela é nova, mas ela botou como seu desafio enfrentar essa realidade e vai dar uma
610 resposta talvez muito eficaz, e aí vai ficar de fora porque não... Poderia colocar ali: “entender
611 o tema a ser abordado”. A comissão está lendo as etapas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
612 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
613 **CMDCA:** Vai lá em cima para vermos o nome que está lá, então. É metodologia. Está na
614 metodologia. Na etapa de análise dos projetos pela comissão. Então, isso são coisas que a
615 gente vai definir quem vai estar dentro e fora, vamos dizer assim. A gente tem que clarear
616 aquele texto ali. Vamos... pode subir, por favor. Esses aqui são os nossos critérios de seleção.
617 Tá, então, de onde é que está? Então ali, por exemplo, a gente botou anterior ali, a gente
618 colocou: priorizar as suas ações, o fortalecimento de vínculo familiar para criança e
619 adolescente, vulnerabilidade. Então isso vai ter que estar lá dentro para a gente poder trabalhar
620 melhor. Olha só, a Rose está trazendo um outro texto que foi colocado em outro projeto que
621 também estão escrevendo. Então, ali na contextualização: "Será avaliada a capacidade da
622 instituição em promover e executar o projeto, bem como sua história, expertise, eficácia e
623 eficiência nas causas principais com o público-alvo". Tá? Daria para fazer mais ou menos
624 assim. Então vamos só colocar o texto ali para a gente não esquecer, por favor. A minha
625 intenção é que ainda antes da gente consultar o Rodrigo, ainda antes de aprovar. Mas não tem
626 nada... A forma de distribuição do recurso não tem nada a ver com o tema do projeto. **Paulo**
627 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Esse aí é,
628 digamos, o que vai ser o modelo para todos no edital. Ali como é que vai ser feita, digamos, a
629 avaliação. É o modelo. O que eu estou sugerindo, antes da gente fechar esse modelo
630 propriamente dito, da gente poder sentar com o Rodrigo e discutir, podemos abrir dessa forma
631 para não caracterizar... Me preocupa a questão da exclusão. **Carolina Aguirre da Silva,**
632 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
633 **do CMDCA:** Exclusão? Da inscrição. Ali quando coloca: se eu tenho uma instituição que não
634 tenho tanta expertise e a outra que está no mesmo território tem essa expertise, como vai ser
635 escolhido? Quem vai participar do edital? A gente fez um recorte e cola de tudo que é projeto
636 para chegar neste modelo que a gente chegou aqui. O que a gente está tentando fazer? A
637 gente, mesmo que seja, digamos assim, que venha pelo Rodrigo dizendo assim: “você podem
638 fazer a mesma forma que vocês faziam de raspa do tacho. Você podem fazer, de acordo com

o artigo X, Y”. Mesmo sendo de acordo com aquele artigo, nós estamos com um plano de ação que trabalha algumas políticas dentro do conselho. A gente vai ter que fazer algumas ações de editais para essas políticas. Então, o que eu quero dizer é que a gente vai ter que ter critério, a gente vai ter que ter seleção, a gente vai ter que ter diferença de valor entre uma instituição e outra. Na 1319 está previsto que nós temos que ter seleção. Eu não entendi quando tu falou isso, por isso que fiquei... Nós a gente vai ter o embasamento técnico dele também sobre isso, mas a gente pode pegar a 1319 aqui e botar o que precisa para projeto técnico, tu vai puxar ali tudo que precisa. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não necessariamente. Cada um vai ter seus critérios. Até porque o edital é um só. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que na verdade a gente vai ter que fazer um pouco diferente. Tem critérios específicos de cada projeto, senão vai ser tudo igual. Exato. Porque a gente, por exemplo, assim, vamos pegar ali sobre o acolhimento. A gente vai ter que colocar que são instituições que trabalham com acolhimento. A instituição que trabalha somente com serviço de convivência, educação infantil, vai entrar? Não, não vai entrar. Então é um critério de seleção. É um critério de seleção. Da mesma forma que a gente for colocar no projeto, nos critérios de seleção, este projeto aqui é para trabalho infantil. Aí aparece uma instituição que não vai falar de trabalho infantil. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Cada uma tem uma seleção diferenciada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ele não fala sobre trabalho infantil em momento algum no projeto dele. Ele vai entrar? Não, porque o projeto é para trabalho infantil, a seleção é para trabalho infantil e a gente vai moldar isso aí. Porque, eu, olhando a resolução e a análise da 087 e a gente pegando os atestados de funcionamento que hoje estão em vigor, tinha várias instituições que estavam somente com um serviço e executavam cinco. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas, por exemplo, eu lá tenho serviço de acolhimento. Há 3 anos eu tenho também o pré-escolar de educação infantil. Eu posso participar do edital, se em nenhum momento foi feito visita pela comissão, ninguém sabe lá que eu existo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente, vamos ser sinceros. Penso que nós, quanto conselho, deveríamos estar junto com as instituições super atualizados na documentação. Nós fazemos

alguns anos em que nós não atualizamos tão bem a documentação. Então a gente não atualiza a documentação quanto a inscrições de serviço, quanto, Paulinho, Eduardo, não me deixem ir sozinha, a gente acaba não fazendo este cruzamento. Às vezes a instituição até pode enviar o seu relatório que está executando ali a educação infantil do lado, mas a gente não bate este relatório com o atestado de funcionamento dela. A gente dá simplesmente o atestado de funcionamento dos serviços em que ela executa ou que ela tem inscrição aqui já. Hoje, quando chega o projeto para vocês na política, vocês identificam através do atestado? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Tem feito isso. Tanto que aquela Via Vida, olha a confusão que deu. Porque a vida inteira acolhimento social, nunca foi acolhimento social. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente faz para conhecer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas não tem registro, só a inscrição aqui. Como é que tu vai saber? Como é que tu vai aceitar o projeto? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só que são duas coisas. Uma coisa é esses editais que a gente está fazendo agora. Outra coisa é a resolução 100 e a atualização das instituições. Me preocupa da gente poder travar uma ação ou um projeto se a instituição não tiver a inscrição naquele serviço. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ou a gente abre a possibilidade, então, se der tempo, de fazer uma comissão para quem encaminhou esse projeto e não tiver a inscrição, a gente poder organizar e dar essa inscrição. Agora, este serviço tem que ser visitado também, porque no momento que tu inscreve... No momento que tu participa do edital, tu é responsável. Se ele não está desenvolvendo bem aquele serviço, o conselho está dando o aval. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Eu acho que na 150, se eu não, lá analisei há um tempo atrás. Tipo assim, quando a instituição coloca lá a descrição, o nome do projeto, como já teve uma vez, um projeto criança feliz, só que ele descreve ali que vai fazer as ações, lá embaixo ele vai dizer quais são, da onde estão essas crianças. Aí vai dizer se é do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. Identifica. Mas o projeto não é para aquelas oficinas do serviço de convivência, é algo a mais para dentro daquelas crianças. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Paulino, isso está entendido. O meu questionamento é: se não tem inscrição daquele serviço, e daí tu vai poder participar do edital? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

703 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Educação
 704 infantil, Carol, entra aí dentro da erradicação, não entra? Também. Não tem, não é essa
 705 questão. Aonde vai, o meu serviço, acolhimento, é o, o acolhimento acho que é o mais
 706 tranquilo, que está ali posto acolhimento. Erradicação do trabalho infantil, exploração sexual,
 707 educação infantil entra? Entra. Para mim está muito claro, entra nos dois. Tu vai poder ver em
 708 qual que tu vai poder trabalhar isso com a família, com as crianças. Mas aí eu penso em que
 709 todos os serviços em que nós temos, tanto educação, quanto assistência, quanto saúde,
 710 trabalha a questão de trabalho infantil. Sim, todos. Então, não necessariamente eu tenha que
 711 estar realizando ou, na verdade, estar inscrito em um serviço. Assim, vamos pensar de forma
 712 prática. No edital que nós tínhamos... **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de**
 713 **Porto Alegre – Cepa:** Não, é que eu estou pensando, na verdade, a gente vai ter que delimitar
 714 a quantidade de que ele possa participar. Por exemplo, só tem educação infantil, quero
 715 trabalhar a erradicação do trabalho infantil. Eu vou então me candidatar a esse, não vou me
 716 candidatar ao outro. E isso, então, a gente vai acabar, a gente acaba favorecendo se tu não é
 717 contemplado num, vai ser contemplado no outro. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa**
 718 **da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Vamos pensar como é que nós estamos sendo
 719 reducionistas ao fazer essa redução. Numa região que tem pouquíssimas instituições e que tem
 720 uma que trabalha com duas políticas, aquela região vai ser contemplada porque não pode
 721 participar de dois editais? Esse é um critério também, se a gente quer priorizar a política, se
 722 não olhar só para a instituição que está fazendo. Eu estou imaginando em territórios que tem
 723 poucas. Por exemplo, na Lomba do Pinheiro, vou dar um exemplo bem, que hoje trabalha com
 724 serviço de convivência só tem duas instituições em todo um território enorme, que tem uma
 725 equipe de abordagem de rua. Se as duas instituições e trabalham em outras políticas, elas não
 726 vão poder participar? Que que nós vamos ter? É que a gente está falando de duas coisas. A
 727 gente está falando de duas coisas. Assim, uma questão é: vamos pegar o nosso último edital.
 728 Nosso último edital lá em 2022, sei lá, o último edital. Acho que é um de 22. Na análise, a
 729 gente tinha uma listagem, tanto é que a gente mapeava na planilha de Excel o serviço em que a
 730 instituição estava se inscrevendo e se estava de acordo com o atestado de funcionamento aqui.
 731 OK? É a condição para participar. E aí ela se inscrevia para a educação infantil, se ela tivesse
 732 inscrita no serviço aqui. OK? Agora, para os nossos editais que a gente vai lançar agora, nós
 733 vamos fazer a partir da inscrição de serviço, projetos e programas e projetos, em que a
 734 instituição tem aqui, ou nós vamos fazer pelo registro da instituição? **Carolina Aguirre da**

735 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 736 **Presidente do CMDCA:** Mas a questão do trabalho infantil não tem inscrição, gente.
 737 Educação infantil. Mas as instituições que fazem, com relação à temática do trabalho infantil,
 738 da exploração, não têm a ver com o serviço? Mas tem a ver. Tem, mas tem a ver com a
 739 erradicação, com a temática. Penso que a gente deve fazer pelo registro. Por quê? Porque nós
 740 não estamos fazendo por serviço o edital, e sim por política. Então a gente não vai fazer o
 741 projeto de educação infantil que a instituição que tem inscrição na educação infantil vai ganhar
 742 x% a mais. A ideia, pelo menos que eu penso, não é isso. A gente vai chegar e vai fazer um de
 743 combate ao trabalho infantil, e as instituições que trabalham com crianças e adolescentes vão
 744 fazer projetos para o trabalho infantil. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança**
 745 **– Vice-Presidente do CMDCA:** Mas eu estou falando que alguém falou que seria excludente,
 746 que podia escolher só um projeto em um dos editais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 747 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 748 **CMDCA:** Mas aí esse aí é uma outra questão de como que a gente vai mapear os projetos
 749 dentro da cidade. Sabe? Porque a gente pode mapear os projetos dentro da cidade
 750 contemplando x instituições por microrregiões, ou x instituições que vão apresentar trabalho
 751 para o trabalho infantil com crianças e adolescentes de 1 a 5 anos. A gente pode fazer uns
 752 microfragmentos ali. O registro tu tens que ter. Sim, mas a inscrição do programa é
 753 independente, entendeu? Tu vai criar e tu não vais dar conta. Tu não vais suprir dinheiro para
 754 bancar. Até porque a gente vai estar pedindo ali a parte da contextualização. Na parte da
 755 contextualização tu vais colocar, provavelmente, a gente pode depois pensar na parte do
 756 projeto de colocar também serviços em que tu já atende, para a gente poder entender quem é
 757 essa instituição e aí poder entender o que tu já faz, o que tu já fez, com que idade que tu
 758 trabalha, com qual público que tu trabalha. Quando for apresentado o projeto. A ficha de
 759 avaliação. Tem a ficha de avaliação. Não, não, o modelo do projeto. **Paulo Francisco da**
 760 **Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, acho que não dá
 761 para ser o mesmo da resolução 150. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 762 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente
 763 pode pegar a base da resolução 150 e tirar um monte de coisas dali para a gente poder limpar.
 764 O que vai ter, não vai ter lista de crianças como o de captação tem, porque se é para atender
 765 um público de rua, não tem o nome da lista das crianças que tu vais atender no trabalho
 766 infantil. A documentação exigida pode ser outra, mas eu acho que a estrutura de projetos tem

767 que ser a que a gente já utiliza para tudo. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de**
768 **Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Eu não apresentaria
769 a lista de atendidos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
770 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas aqui tinha que estar
771 claro mapear o território e o número de atendimento. Botou? Foi igual? Tá, então ali ficou:
772 será avaliada a capacidade da instituição em promover e executar o projeto, bem como sua
773 história, expertise, eficácia e eficiência nas causas principais para o público-alvo. Ficou bem
774 bonito. Metas: será avaliado os marcos alcançáveis dentro de um projeto e deverão ser
775 objetivos e mensuráveis e serão a base para a prestação de contas do projeto. Mas essa
776 redação dos marcos alcançáveis, ela não... não ficou na batatinha. De dizer que tinha 100% e
777 aí eu atingi 105%. E ali a prestação de contas do projeto seria o número de atendidos. **Paulo**
778 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ou redução
779 dos indicadores de trabalho infantil na região. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
780 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
781 **CMDCA:** Mas ali, por exemplo, o que seriam os marcos alcançáveis para o trabalho infantil?
782 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Um,
783 por exemplo, um critério, eu fico imaginando concreto, é manter a criança vinculada ao
784 serviço. Porque normalmente a do trabalho infantil, o que é que acontece? Ela é muito
785 infrequente, porque muitas vezes ela, em função de falta de um trabalho com a família, ela é
786 retirada ou, às vezes, para cuidar os irmãos mais novos em casa, que é um trabalho infantil
787 também. Porque tem que ter ações que vão apoiar essa família para ela poder garantir que essa
788 criança... tem que ter indicadores desse tipo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
789 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Já tem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
790 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
791 **CMDCA:** Aqui não, daí é só para ser, por exemplo, metas, deverão ser mensuráveis... ser
792 mensurada... Aqui meta não é quantidade de criança, né? Aqui meta é tipo objetivo. É uma
793 etapa. Eu acho que a gente tem que colocar um pouquinho diferente, porque... **Andréia Brito**
794 **Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Apresentar dados mensuráveis.
795 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
796 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Em relação ao atendimento. Meta é onde tu
797 queres chegar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
798 **CMDCA:** Eu acho que deveria ali, continuando, vinculado à meta, que deverão ter

799 indicadores mensuráveis. A meta, ela vai ter que ter indicador mensurável. É indicador.

800 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** E aí tem a ver com o que tu executou, o resultado

801 daquilo que tu executou, né? Onde tu queres chegar. E não, por exemplo, assim, o que

802 acontece quando a gente lê os projetos aqui da resolução 150, é que às vezes as pessoas

803 colocam assim: meta é comprar um computador. Não é isso. É o resultado da tua intervenção.

804 É aonde tu queres chegar. É o impacto. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de**

805 **Porto Alegre – Cepa:** O objetivo seria mitigar ali a questão do trabalho infantil. A meta seria

806 manter o vínculo daquela criança... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança –**

807 **Vice-Presidente do CMDCA:** Da criança na escola e num serviço de fortalecimento de

808 vínculo. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Manter o

809 vínculo de 80% das crianças... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**

810 **Presidente do CMDCA:** Isso poderia ser ali, metas e indicadores. **Carolina Aguirre da**

811 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**

812 **Presidente do CMDCA:** Como é que está na resolução 150 esse nome de metas? **Lisete**

813 **Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da**

814 **Criança e do Adolescente:** Análise das atividades realizadas com descrição sumária das

815 atividades e metas estabelecidas, do cumprimento das metas. Só cita esses dois.

816 Acompanhamento dos projetos, no item, análise das atividades realizadas com descrição

817 sumária das atividades e metas estabelecidas e o cumprimento das metas. **Paulo Francisco da**

818 **Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Essas metas é o resultado

819 do projeto desenvolvido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

820 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que deverão ser

821 metas, tirar esses objetivos, deverão ser mensuráveis... É que para mim o que está me

822 incomodando é a primeira frase ali: será avaliado os marcos alcançáveis dentro de um projeto.

823 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:**

824 Acho que tu fica só com a parte de baixo. E deixa só a parte de baixo. Ali, ó: deverão ser os

825 objetivos. É isso aí. Tira essa primeira. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

826 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Deverão

827 ser... acho que deverão ser mensuráveis e serão a base para... O que é que deverão ser

828 mensuráveis? Os objetivos? As metas. Mas a questão do trabalho infantil não tem inscrição,

829 gente. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Mas as

830 instituições que fazem, com relação à temática do trabalho infantil, da exploração, não têm a

831 ver com o serviço? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
832 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas tem a ver. Tem a ver
833 com a erradicação, tem a ver com a temática. É que as gurias estão trazendo. **Paulo Francisco**
834 **da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O que eu quero
835 esclarecer aqui é para a gente poder encaminhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
836 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
837 **CMDCA:** O que eu quero esclarecer é assim: penso que a gente deve fazer pelo registro. Por
838 quê? Porque nós não estamos fazendo por serviço o edital, e sim por política. Então a gente
839 não vai fazer o projeto de educação infantil que a instituição que tem inscrição na educação
840 infantil vai ganhar x% a mais. A ideia, pelo menos que eu penso, não é isso. A gente vai chegar
841 e vai fazer um de combate ao trabalho infantil, e as instituições que trabalham com crianças e
842 adolescentes vão fazer projetos para o trabalho infantil. **Lisete Aparecida da Silva Felipe,**
843 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:**
844 Também penso assim, que com os editais sendo lançados, a OSC tem que ler o edital e ver
845 aonde que se enxerga. A OSC tem que se identificar ali para poder... **Paulo Francisco da**
846 **Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Mas eu estou falando que
847 alguém falou que seria excludente, que podia escolher só um projeto em um dos editais. **Lisete**
848 **Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da**
849 **Criança e do Adolescente:** Mas não é excludente quando todos não vão ser contemplados?
850 Para mim é excludente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
851 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas aí é uma outra
852 questão de como que a gente vai mapear os projetos dentro da cidade. Porque a gente pode
853 mapear os projetos dentro da cidade, contemplando x instituições por microrregiões ou x
854 instituições que vão apresentar trabalho para o trabalho infantil com crianças e adolescentes de
855 1 a 5 anos. Então, a gente pode fazer uns microfragmentos ali. **Paulo Francisco da Silva,**
856 **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O registro tu tens que ter.
857 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
858 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, mas a inscrição do programa é
859 independente. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum**
860 **Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Eu parto do princípio, vamos supor,
861 se eu não tenho educação infantil... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança –**
862 **Vice-Presidente do CMDCA:** Tu não vais ter expertise para fazer o projeto também. **Lisete**

863 **Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da**
864 **Criança e do Adolescente:** Eu não vou fazer para educação infantil, vou fazer para aquilo que
865 eu tenho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
866 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tu vais criar e não vais dar conta.
867 Não vou suprir dinheiro para bancar. Até porque a gente vai estar pedindo ali a parte da
868 contextualização. Na parte da contextualização tu vais colocar, provavelmente, a gente pode
869 depois pensar na parte do projeto, de colocar também serviços em que tu já atende, para a
870 gente poder entender quem é essa instituição e poder entender o que tu já faz, o que já fez,
871 com que idade tu trabalha, com qual público tu trabalha. **Lisete Aparecida da Silva Felipe,**
872 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** O
873 objetivo é que tu dê continuidade pós. Então eu acredito que... **Carolina Aguirre da Silva,**
874 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
875 **do CMDCA:** Quando for apresentado. É a ficha de avaliação. Tem a ficha de avaliação. **Paulo**
876 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu acho
877 que não dá para ser o mesmo da resolução 150. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
878 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
879 **CMDCA:** A gente pode pegar a base da resolução 150 e tirar um monte de coisas dali para a
880 gente poder limpar. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:**
881 Um modelo de projeto: objetivo geral, específicos, metodologia, justificativa. **Carolina**
882 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
883 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não vai ter lista de crianças como o de captação tem,
884 porque se é para atender um público de rua, eu não tenho o nome da lista das crianças que tu
885 vais atender no trabalho infantil. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao**
886 **Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Eu não apresentaria a lista de
887 atendidos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
888 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aqui tinha que estar mais claro,
889 mapear o território, o número de atendimento. Não, mas é que está na meta, está embaixo, tem
890 metas. Vamos tentar avançar ali. Botou o texto da contextualização ali? Foi igual? Então ali
891 ficou: "será avaliada a capacidade da instituição em promover e executar o projeto, bem como
892 sua história, expertise, eficácia e eficiência nas causas principais para o público-alvo". Ficou
893 bem bonito. Metas: "será avaliado os marcos alcançáveis dentro de um projeto e deverão ser
894 objetivos e mensuráveis e serão a base para a prestação de contas do projeto". **Andréia Brito**

895 **Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Mas essa redação dos marcos
896 alcançáveis não ficou na batatinha, de dizer que tinha 100% e aí eu atingi 105%. **Carolina**
897 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
898 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E ali a prestação de contas do projeto seria o número
899 de atendidos? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
900 **CMDCA:** Agora o que eu já passei, o que eu não fui até agora, já era. **Andréia Brito Gilli,**
901 **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Quais são esses dados mensuráveis?
902 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
903 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tinha crianças fora da questão escolar, não
904 frequentavam a escola e voltaram a frequentar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
905 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ou redução dos indicadores de trabalho infantil na
906 região. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
907 **– Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O que seriam os marcos alcançáveis para o
908 trabalho infantil? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente**
909 **do CMDCA:** Um critério, eu fico imaginando concreto, é manter a criança vinculada ao
910 serviço. Porque normalmente a do trabalho infantil, o que acontece? Ela é muito infrequente,
911 porque muitas vezes ela, em função da falta de um trabalho com a família, é retirada ou às
912 vezes para cuidar dos irmãos mais novos em casa, que é um trabalho infantil também. Porque
913 tem que ter ações que vão apoiar essa família para ela poder garantir que essa criança... Tem
914 que ter indicadores desse tipo. Já tem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
915 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ali está.
916 Aqui, não, daí é só para ser, por exemplo, metas, deverão ser mensuráveis. Aqui meta não é
917 quantidade de criança. Aqui meta é tipo objetivo, é uma etapa. Então eu acho que a gente tem
918 que colocar um pouquinho diferente. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto**
919 **Alegre – Cepa:** Apresentar dados mensuráveis. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
920 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
921 **CMDCA:** Meta é onde tu queres chegar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
922 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu acho que deveria, continuando, estar vinculado
923 à meta, que deverão ter indicadores mensuráveis. A meta vai ter que ter indicador mensurável.
924 É indicador. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** E aí tem a ver com o que tu
925 executou, o resultado daquilo que tu executou, onde tu queres chegar. E não, por exemplo, o
926 que acontece quando a gente lê os projetos aqui da resolução 150 é que às vezes as pessoas

927 colocam assim: meta é comprar um computador. Não é isso. É o resultado da tua intervenção,
 928 onde tu queres chegar. É o impacto. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto**
 929 **Alegre – Cepa:** O objetivo seria mitigar a questão do trabalho infantil. A meta seria manter o
 930 vínculo daquela criança... **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**
 931 **Presidente do CMDCA:** Da criança na escola e no serviço de fortalecimento de vínculo.
 932 **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Manter o vínculo de
 933 80% das crianças. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente**
 934 **do CMDCA:** Poderia ser ali, metas e indicadores. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 935 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 936 **CMDCA:** Como está na resolução 150 esse nome de metas? **Lisete Aparecida da Silva**
 937 **Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
 938 **Adolescente:** Análise das atividades realizadas com descrição sumária das atividades e metas
 939 estabelecidas, do cumprimento das metas. Só cita esses dois. Acompanhamento dos projetos,
 940 no item, análise das atividades realizadas com descrição sumária das atividades e metas
 941 estabelecidas e o cumprimento das metas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 942 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Essas metas são o resultado do projeto
 943 desenvolvido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 944 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que deverão ser metas. Tirar
 945 "objetivos", deverão ser mensuráveis. É que para mim o que está me incomodando é a primeira
 946 frase ali: "será avaliado os marcos alcançáveis dentro de um projeto". E deixa só a parte de
 947 baixo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**
 948 **CMDCA:** Ali, deverão ser objetivos, isso aí. Tira essa primeira. **Carolina Aguirre da Silva,**
 949 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 950 **do CMDCA:** Deverão ser mensuráveis e serão a base para... O que é que deverá ser
 951 mensurável? Os objetivos? As metas? É porque lá em cima está outro nome. É, eixos. Eixos
 952 impactados. Eu não sei se a gente poderia colocar ou eixos impactados ou como estava:
 953 impacto social esperado. Mas aí coloca entre parênteses eixos impactados para a gente só
 954 poder lincar, porque senão a gente vai procurar em todo o projeto e não vai estar ali. Volta.
 955 Não, volta o texto. Isso. E aí, agora, do lado do esperado, coloca os eixos impactados, que daí
 956 é uma referência ao que está lá em cima, tá? Depois a gente melhora ali, porque eu acho que
 957 está estranho ali, mas depois a gente vê. Vamos continuar lá em cima, por favor. Então, o
 958 número de eixos impactados: caso seja identificado um potencial para o projeto impactar mais

de uma das sugestões abordadas dos objetivos do projeto técnico do CMDCA, ele terá nota máxima neste critério, que é aqueles eixos lá embaixo. Contabilidade entre recursos solicitados e as exigências das atividades. Compatibilidade. Eu estava pensando o que é contabilidade, mas tudo bem. É compatibilidade. Exato. Esta compatibilidade entra dentro do plano de trabalho. E eu acho que as metas também entrariam dentro do plano de trabalho. Só que daí a gente vai ter que analisar o plano de trabalho depois, lá na ficha, um pouquinho mais detalhado conforme o que a gente colocar ali. Mas eu acho que também entraria. Eu acho que poderia colocar assim, ó: plano de trabalho, daí depois metas e depois a compatibilidade com recursos.

Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: É que o plano de trabalho já tem metas. Acho que está bem confuso tudo isso aí que nós estamos separando o jeito. Plano de trabalho é uma estrutura que já prevê o cora, que dá a ideia de todo o projeto. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É só um plano de ação da ação, o que vai fazer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E o plano de trabalho? Eles vão apresentar plano de trabalho ou eles vão apresentar projeto? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O projeto, e o plano de trabalho é a forma de executar, depois o detalhamento que informa todas as parcerias que tem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Mas para nós, eles vão apresentar o quê? O projeto? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O projeto e, uma vez aprovado, o plano de trabalho. São etapas: primeiro é o projeto e depois a segunda etapa é como vai conseguir, como vai executar, como é que vai colocar no papel. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Plano de atividade, que seria a execução ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Se eles forem fazer pela resolução 150, que a gente estava falando, lá é um projeto e depois faz todo o processo. Ou a gente tem metodologia. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não, eu acho que, desculpem, mas nós estamos cada vez voltando para essa situação. Nós tínhamos que ter um estudo um pouco mais técnico com alguém que pudesse orientar, porque senão fica uma coisa, eu estou achando tão confuso, vai e volta sem uma clareza, longo. Eu acho que isso aí vai, não sei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

991 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Orientar o
 992 quê, Frei? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**
 993 Então, nós estamos discutindo em cima de uma cabeça que pensou uma estrutura, e vai e
 994 volta. **Francyne da Rosa, CEMME:** Foi ela que estruturou. Ela estruturou e disse que o
 995 edital vai ser baseado nesse projeto. E aí essa parte da metodologia seria para as instituições
 996 saberem o processo e o que vai estar sendo avaliado a partir do que eles vão inscrever.
 997 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 998 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que esse é o projeto. Deixa eu só colocar
 999 assim, ó: o projeto técnico, ele está sendo escrito pelos conselheiros. Nós estagnamos em
 1000 algum momento, nós pedimos apoio para a Larissa, que é a assessora técnica, para poder
 1001 orientar em algumas questões. Ela sugeriu algumas questões. Cabe ao conselho, aos
 1002 conselheiros, ver se é esta a linha que a gente quer ou não. A assessoria para a escrita, até
 1003 então, a gente já teve. Por isso que eu pergunto, Frei: o que é que a gente poderia ter? **Frei**
 1004 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu estou
 1005 achando confuso, parece que a gente não tem clareza. Primeiro nós estamos discutindo se
 1006 apresenta projeto, se apresenta plano de trabalho. Eu digo de a gente ter uma estrutura, não
 1007 pensar com esse esqueleto, que daí a gente vai, nós já estamos chegando lá agora 4:30 e não
 1008 conseguimos de novo concluir um processo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1009 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1010 **CMDCA:** Exato. Só na parte. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco**
 1011 **de Assis – CPCA:** E na forma de a gente apresentar isso aqui. Imagina todos os editais, nós
 1012 vamos ter uma novela, vamos chegar ao final do ano e não vamos. **Carolina Aguirre da**
 1013 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1014 **Presidente do CMDCA:** Exato. Então é assim, ó: se a gente vai usar a da resolução 150, ele
 1015 fala em projeto, tá? Ele é um projeto. E aí nós temos todo o passo a passo ali da questão e,
 1016 dentro do anexo do projeto, aí sim, tem as questões tudo que está sendo pedido. Eu acho que
 1017 o que a gente tem que tentar trabalhar é não complicar a vida das instituições. Se a gente
 1018 coloca aqui plano de trabalho e a gente pede a apresentação de um projeto, complica a vida
 1019 das instituições, sabe? Então, o plano de trabalho é o projeto, pronto. Sabe? Então, assim,
 1020 depois a planilha financeira também está dentro da resolução, do projeto da resolução 150,
 1021 entende? Então a gente não vai precisar fazer outras questões, tá? Eu acho que dá só para
 1022 trocar o plano de trabalho, o nome de plano de trabalho para projeto. **Lisete Aparecida da**

1023 **Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
 1024 **Adolescente:** Eu também. Projeto isso aí, Carol. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1025 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1026 **CMDCA:** Tá. O plano de trabalho que tem um detalhamento de alguma coisa. Ali, ó: incluir
 1027 nos objetivos do projeto, viu? Tá. OK. A comissão de seleção terá o prazo de conclusão do
 1028 julgamento das propostas, de divulgação do resultado preliminar do processo de seleção,
 1029 podendo tal prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada por mais 30 dias.
 1030 **Francyne da Rosa, CEMME:** Julgamento ou avaliação? Eu acho que é avaliação. **Carolina**
 1031 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1032 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu não colocaria, porque assim, também tu não está
 1033 dando um calendário direitinho. Eu acho que depois a gente pode colocar: apresentação do
 1034 projeto, de tanto a tanto; julgamento da proposta, de tanto a tanto; recurso, de tanto a tanto,
 1035 sabe? Que daí eu acho que entra mais na questão. Para mim, isso aqui entra que nem lá em
 1036 cima a gente falou: é uma questão interna do conselho, sabe? Porque se a gente precisar para a
 1037 análise 1 dia, 10 dias, tudo depende, eu acho, que do conselho. Depois a gente bota o prazo e
 1038 pronto. Eu tiraria. Os projetos protocolados dentro do prazo de envio da proposta serão
 1039 submetidos à avaliação individualizada, pontuando os critérios como satisfatório, parcialmente
 1040 satisfatório e insatisfatório. Aqui, pensando na forma prática, quando a gente for avaliar, então
 1041 a gente vai selecionar os projetos entre satisfatório, parcialmente e insatisfatório. Caso algum
 1042 projeto receba avaliação insatisfatória em até 2 critérios, com exceção do critério objetivo, a
 1043 comissão de seleção poderá conceder o prazo adicional de até 2 dias úteis a partir da data da
 1044 devolutiva da comissão, para que sejam feitos ajustes nos critérios avaliados como
 1045 insatisfatórios. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis –**
 1046 **CPCA:** Sempre tem que ter. Tem que ordenar isso aí. Não tem que não, tem que botar. Por
 1047 isso que eu digo, essa parte aí que a gente está discutindo, eu acho que nem precisaria passar,
 1048 porque todo ritual tem as defesas, em contra defesa. Tinha que fazer um calendário, a gente
 1049 aprovar um calendário dentro de prazo, quando for lançar. Porque a defesa, sempre tem um
 1050 recurso possível. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 1051 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Após, serão submetidos
 1052 novamente à comissão de seleção para avaliação. Serão eliminados os projetos que mantêm os
 1053 critérios como insatisfatório e se, caso a organização da sociedade civil não dê a devolutiva
 1054 dentro do prazo estabelecido. Tá. É importante frisar que apenas o critério objetivos não

1055 poderá pontuar como insatisfatório, sob o risco de eliminação imediata ainda na primeira parte
1056 desta etapa. É porque o objetivo é trabalho infantil. **Francyne da Rosa, CEMME:** Daí eu
1057 mando que eu vou fazer manutenção de salários. Ou eu vou construir um prédio. Né? Não vou
1058 fazer um projeto para trabalho infantil, vou fazer para a construção do prédio. **Carolina**
1059 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
1060 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, mas eu ainda acho que não está bem essa linha. Eu
1061 acho que talvez a gente possa colocar ali, mais ou menos igual o Frei falou, ainda cabendo
1062 algum recurso, sabe? Porque eu acho que também a gente fechar totalmente ali, não sei. Eu
1063 penso que em todos os momentos cabe o recurso. Então, a gente tira isso aqui? E ainda aqui,
1064 não coloca com exceção dos objetivos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
1065 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Uhum, isso.
1066 Que daí todo o projeto pode ser revisto ali. E aí impacto social esperado, ou eixos impactados:
1067 acesso do público alvo ao direito de estar em espaços que assegurem a sua proteção integral.
1068 Acesso do público-alvo, direito de estar em espaço que assegurem sua proteção integral.
1069 Promoção do tema de combate ao trabalho infantil em diferentes espaços de atendimento às
1070 crianças e adolescentes. E aumento da assiduidade de crianças e adolescentes vinculado às
1071 instituições, organizações, e diminuição dos impactos causados pelo trabalho infantil ao
1072 público-alvo e suas famílias. Monitoramento e avaliação. Tá, ali está OK. Dotação
1073 orçamentária. Os projetos serão contemplados, terão um orçamento mínimo de e se o final da
1074 parceria da organização não atender ao número mínimo de atendimentos previstos no plano,
1075 será feita a apuração da prestação de contas. Tá, olha só, vamos lá. Aqui temos que definir
1076 algumas coisas. Então, o texto, praticamente, a gente já leu todo. A gente tem que definir
1077 algumas coisas. Como que a gente vai organizar os projetos pela cidade? Ali está pelas regiões
1078 da cidade ou que contemplem as regiões da cidade. Como que a gente vai contemplar maior
1079 número de projetos que contemplem maior número de regiões? **Francyne da Rosa,**
1080 **CEMME:** A gente está falando sobre micro? Qual é a divisão? **Frei Luciano Elias Bruxel,**
1081 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que tem que ser as regiões do
1082 OP, senão fica muito detalhamento. Micro tem, por exemplo, na Lomba é uma região que tem
1083 quatro micros. É difícil ter quatro projetos. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
1084 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ou CTs ou OP. Eu acho que é do CTs que estava.
1085 O OP abrange mais regiões, são 16. Do CTs são 10. **Francyne da Rosa, CEMME:** CTs, né?
1086 Aí, desses 10 CTs, tem que ver assim: quais regiões com maior índice? Porque daí nestas

1087 regiões teriam que ser aprovados, digamos que a gente aprovaria um projeto nessas 10 regiões,
 1088 são 10 projetos. Só que na região 5 tem maior índice, nesse se coloca dois. **Frei Luciano Elias**
 1089 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É por isso que é pena que a
 1090 gente não tem o diagnóstico esse que deveria embasar. Eu acho que neste ano nós vamos ter
 1091 que ter algum critério que não vai ter embasamento científico, mas por densidade populacional
 1092 dos CTs, mais ou menos, tentar talvez usar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1093 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1094 **CMDCA:** A gente poderia talvez pensar ou por CT ou por microrregião, que daí a gente tem
 1095 a possibilidade de atender mais instituições, mesmo não tendo, por exemplo, como o Frei está
 1096 trazendo na Lomba, que tem duas instituições, mas acabam também podendo atender as
 1097 microrregiões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis –**
 1098 **CPCA:** Eu tenho uma ideia: a Letícia podia, quem sabe, para a próxima plenária, trazer um
 1099 relatório da ação das abordagens de rua. Aí nós vamos ter, a abordagem tem dados bem
 1100 qualitativos nas equipes da ação rua nos territórios. Aí tem um mapa. Ali nós temos critérios
 1101 de quantos casos, eles têm o nome do trabalho infantil, quantas crianças foram abordadas por
 1102 território. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 1103 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que mais ainda. A gente
 1104 podia trazer o Fórum do Trabalho Infantil. Erradicação do Trabalho Infantil. Não tem uma
 1105 sigla? Tem uma sigla? Fepeti. A gente podia trazer o pessoal, a coordenação do Fepeti, na
 1106 próxima quarta, para eles apresentarem. Eles têm esses dados bem atuais, até. E a gente
 1107 poderia apresentar aqui para nós. A gente pode oficializar, aí eles, por favor, encaminha para a
 1108 Letícia, para a Letícia articular para a próxima quarta. Tá? E aí, igual, gente, assim, ó, a gente
 1109 tem que definir isso para constar aqui como um critério. Porque, como critério, pensando em
 1110 atender maior região ou coisa assim, a gente também poderia talvez fazer por serviço. Que daí
 1111 a gente poderia também, pensando no trabalho infantil, tá? Se tu vai trabalhar trabalho infantil,
 1112 com qual faixa etária? Aí a gente vai contemplar por faixa etária. **Lisete Aparecida da Silva**
 1113 **Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
 1114 **Adolescente:** Então, talvez seria por faixa etária ou por serviço? Por serviço, faixa etária,
 1115 sabe? A gente poderia também fazer este recorte também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
 1116 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1117 **CMDCA:** Que daí a gente assim pediria os atestados com as inscrições, sabe? Então a gente
 1118 também pode fazer este recorte. Outra questão também: a gente tem que pensar qual o valor

1119 por projeto e qual o valor por edital, ou vice-versa. E pensando ali que nem as gurias
 1120 colocaram ali o valor máximo de 100 mil, R\$100.000,00, né? Mínimo. É mínimo 50 e o
 1121 máximo é 100. Eu não sei se daria para 12 meses um projeto legal ali. **Francyne da Rosa,**
 1122 **CEMME:** Sim, não, isso não é fictício. É só para a gente poder pensar em cima do que foi
 1123 colocado ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 1124 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** dentro do total. Ó, pensando nos 12
 1125 meses, tá? 100 mil dividido por 12 dá 8 mil mais ou menos. Não dá uma ação bem feita. **Frei**
 1126 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Se a gente
 1127 pensasse um projeto em cada região das que tem hoje de abordagem de rua, um projeto mais
 1128 encorpado, tem que pensar uns 150, 200 mil, que vai dar um valor ainda pequeno para ter
 1129 ações, montar uma equipe mínima de trabalho que qualifique. Eu acho, como é um eixo tão
 1130 importante, que a gente deveria talvez pegar 20% daqueles 33 milhões, deveria ser para o
 1131 combate, para ter uma vez eficácia, senão nós não vamos sentir o impacto na cidade. **Carolina**
 1132 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1133 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** 20% seria hoje quanto? 6,6? Acho que é 6 milhões?
 1134 É, eu colocaria em questão de trabalho infantil, eu colocaria maior valor de todos os outros
 1135 editais, eu colocaria também, pensando na questão de realmente impacto que a gente precisa
 1136 na cidade. E aí, com este valor, a gente tem que ver quantidade de projetos e quantidade que a
 1137 gente vai abarcar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis –**
 1138 **CPCA:** Se nós fizermos todos com, mesmo que fizesse todos com 20%, nós poderíamos ter
 1139 cinco editais com 6 milhões. $5, 6 \times 5 = 30$, ainda sobraria 3 milhões para pesquisa e outras
 1140 coisas, do que tem hoje no fundo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1141 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que
 1142 vale a pena. É, pensando que a gente tem, na verdade, 30, porque está saindo 3 para a
 1143 resolução 087. Vai entrar 8 milhões, né? E aí, mas vai entrar, não está calculado nos 33 ainda.
 1144 É, eu acho que a gente poderia colocar, em média, de 6 milhões por edital. É um bom recurso.
 1145 Só que daí a gente tem que ver como que a gente vai dividir este projeto, os projetos. Eu acho
 1146 que poderia, talvez a gente colocar valor de mínimo e máximo e aí não ultrapassando a
 1147 quantidade, e não ultrapassando o valor máximo de 6 milhões para o todo. E aí vai por ordem
 1148 de classificação. **Francyne da Rosa, CEMME:** 30 projetos aprovados, mas 20 vão ser
 1149 contemplados com um valor x. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1150 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que

1151 daí sim. Que daí a gente consegue ter valores diferentes e também poder ver o que a gente vai
 1152 querer. Mas ainda, a gente tinha que ver, deixa eu anotar aqui. Hã, por para o edital 6 milhões
 1153 então e valor mínimo qual seria o mínimo? Mínimo de 100 mil? Mínimo de 100 e máximo de
 1154 200. É, desses alguns CTs vão ser contemplados por região e para poder jogar, acho que,
 1155 dentro desses valores. Sim. **Francyne da Rosa, CEMME:** E a, e aí a gente faz por serviço ou
 1156 por microrregião ou por região do OP? Ou a gente espera a apresentação da, do, do Compete,
 1157 nos apresentar os dados até pra gente ser mais eficientes, eficazes, nas regiões que precisam
 1158 mesmo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 1159 **– Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Que daí nessas regiões a gente poderia abrir
 1160 um pouquinho mais. Daí indefere disso que tu já está colocando, né? De valores e de valor
 1161 teto, né? Porque daí depois só acrescenta nas nessas microrregiões serão contemplados tantos
 1162 projetos. **Francyne da Rosa, CEMME:** É, bem isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1163 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1164 **CMDCA:** Tá, mas uma outra questão também que eu anotei aqui, ó, que é os públicos
 1165 minoritários, a gente não botou como critério, né? **Lisete Aparecida da Silva Felipe,**
 1166 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas
 1167 quando se fala em trabalho infantil, isso se subentende. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1168 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1169 **CMDCA:** Sim, mas se a gente não cita, a gente não conta. **Lisete Aparecida da Silva**
 1170 **Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
 1171 **Adolescente:** Nós colocamos ali o perfil socioeconômico. Dá uma olhadinha ali no pré-
 1172 aprendizagem. Aumenta só um pouquinho pra gente enxergar. É, lá no outro projeto a gente
 1173 colocou, na verdade, que algumas dessas questões gera o trabalho infantil. **Carolina Aguirre**
 1174 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1175 **Presidente do CMDCA:** Então, acho que está subentendido o público que é o perfil lá. Mas,
 1176 eu acho que ainda teria que colocar como um dos critérios de seleção, os públicos
 1177 minoritários, que eu acho que seria interessante também. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mais
 1178 um. Por exemplo, região Norte a gente tem muito agora venezuelano, tem uma nova ocupação
 1179 também, filhos de imigrantes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1180 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É. Outra
 1181 questão também, a questão nos públicos minoritários ali, também entra as crianças também
 1182 com necessidades especiais, em que, já vi, infelizmente, as mães carregando a criança para

1183 cima e para baixo com laudos para pedir dinheiro na sinaleira. Então, isso também é mais um
 1184 público que também seria interessante. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de**
 1185 **Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas quando tu
 1186 coloca o PCD, já contempla. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
 1187 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. Vai lá no outro
 1188 texto para nós, por favor. Vai para baixo lá nos critérios. Acho que é para cima, no caso. Isso
 1189 aqui está depois na ficha de avaliação lá? **Francyne da Rosa, CEMME:** Tem que olhar lá.
 1190 Era para estar. É só repetir de novo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1191 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que
 1192 dependendo da forma que tu faz a leitura ali, eu não sei se ficou exatamente o critério. Eu acho
 1193 que é mais o que a gente está esperando constar no projeto do que talvez o critério. **Francyne**
 1194 **da Rosa, CEMME:** É, tipo isso aqui, ó. Por exemplo, apresentar ações, campanhas,
 1195 programas, projetos, atividades de prevenção, proteção do trabalho infantil. Tá, né? Tipo. Eu
 1196 acho que já sai naquela situação do objetivo. Se não é trabalho infantil, já. Mas aí é que está.
 1197 Aí ele tem que pensar que ele vai atender mais de alguma coisa, ele pode trabalhar com a
 1198 campanha, ele pode trabalhar com oficinas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1199 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1200 **CMDCA:** Então tem que vir aqui apresentar mais de uma ação que possa, entre elas,
 1201 campanhas. **Francyne da Rosa, CEMME:** Aí sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1202 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1203 **CMDCA:** E aí também a gente poderia também fazer os valores também por quem vai
 1204 apresentar campanha, quem vai apresentar programa, quem vai apresentar somente as
 1205 atividades, sabe? Então assim, a gente também poderia fazer os valores diferentes também aí.
 1206 **Francyne da Rosa, CEMME:** Sim, daí dizendo o que que para nós seria a prioridade. Para
 1207 nós, se a prioridade número um, então vai dar 10 pontos à campanha. Se for uma ação, sei lá,
 1208 né? Aí essa não é tão prioridade, mas cinco pontos. Aí tu direciona o que que tu gostaria que a
 1209 OSC apresentasse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 1210 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas também pensando
 1211 assim, em campanha, tá? Penso que não dá para ter mais de duas instituições apresentando
 1212 campanha. Porque tu tem que pensar que a cidade não dá, digamos, vai ter folder, tá? Aí tu vai
 1213 apresentar folder. Aí daqui a pouco tem um folder aqui, um folder lá, e então tem que ver que
 1214 tipo de campanha. **Francyne da Rosa, CEMME:** Isso vai dar um trabalho porque daí tu vai

1215 colocar lá no que tu quer te inscrever. Então, tu quer te inscrever numa campanha, são dois
 1216 projetos na cidade que vão ser contemplados. Tu quer te inscrever na ação não sei o quê, são
 1217 três projetos na cidade que vão ser contemplados nas regiões A, B e C. **Carolina Aguirre da**
 1218 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 1219 **Presidente do CMDCA:** Isso mesmo. Aí sim. **Francyne da Rosa, CEMME:** Só que isso vai
 1220 dar um trabalhinho, um quebra-cabeça assim para colocar. Mas tu entendeu a questão da
 1221 campanha? Porque senão, imagina, tu vai ter 100 projetos selecionados na cidade, 100 folders.
 1222 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 1223 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso é uma elaboração bem feita, assim, no
 1224 sentido de pensar que nós vamos contemplar na cidade duas campanhas, na cidade três
 1225 projetos, nas regiões ainda mais atingidas por essa situação de trabalho. **Francyne da Rosa,**
 1226 **CEMME:** É, mas uma outra questão assim também, a gente vai ter que pensar qual é que vai
 1227 ser, qual é a diferença para nós entre programa e projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
 1228 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1229 **CMDCA:** Pois é, tipo ali assim, ações e atividades. Exato. A gente vai ter que pensar o que é
 1230 a ação e o que é a atividade. **Francyne da Rosa, CEMME:** Até porque se tu apresentar um
 1231 projeto com uma ação não é um projeto, é uma ação. Então, não é um projeto. **Carolina**
 1232 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 1233 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Porque todos vão apresentar um projeto. Dentro do
 1234 projeto, vai ter a campanha, vai ter a ação, vai ter a atividade, vai ter não sei o quê. Mas aí
 1235 então, eu acho que o único projeto não pode fazer várias. Aí nós temos que fazer os eixos,
 1236 cada um se candidata a um. **Francyne da Rosa, CEMME:** Porque um projeto, eu vou fazer
 1237 uma campanha, eu vou atender. Não, acho que daí não, não equilibra muito bem assim, né?
 1238 Porque é como se fosse dois projetos, né? Então, de repente, é a proposta que tu está fazendo.
 1239 Dentro do projeto, tu vai dizer o que que tu vai fazer, como é que tu vai fazer, se vai ser
 1240 através de campanha, se vai ser através de atividades, entendeu? Sim, mas é exatamente isso
 1241 que a gente está dizendo, Lizete. É que é assim, a gente pode fazer de valores diferentes para
 1242 questões apresentadas diferentes. Pela ação. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação**
 1243 **de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Por exemplo,
 1244 assim, se tu apresentar, qual é a diferença entre ação e atividade? **Carolina Aguirre da Silva,**
 1245 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 1246 **do CMDCA:** A gente tem que ter, claro, o que que é. Se não a gente não precisa botar ação

1247 ou atividade. Ação e atividade. Também não vejo diferença. Que dentro da atividade está a tua
 1248 ação. Ou dentro da ação está a tua atividade. Também não vejo diferença, eu não sei na
 1249 verdade qual seria a diferença entre programa e projeto. Não, na verdade, entre, cadê o outro
 1250 que ali? Não, só programa. Que seria um programa? **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente
 1251 está falando um programa, ele já está constituído. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1252 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1253 **CMDCA:** É um programa, ele tem uma continuidade, né? Ele tem um início, meio e fim, mas
 1254 ele tem uma continuidade. **Francyne da Rosa, CEMME:** A proteção infantil é o quê? É um
 1255 programa que pode ter N projetos e o programa tem uma continuidade, tem vários projetos. É
 1256 um programa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 1257 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Dentro da proteção infantil é o
 1258 serviço. E dentro, no serviço, tem o quê? **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de**
 1259 **Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** A educação
 1260 integral, ela é um programa. **Francyne da Rosa, CEMME:** Isso. A aprendizagem, ela
 1261 também é um programa de qualificação profissional. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1262 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1263 **CMDCA:** Tá, mas eu não vou, dentro daqui, eu não vou apresentar a aprendizagem, eu vou
 1264 apresentar uma ação em que eu vou fazer com o público da aprendizagem, mas eu não vou
 1265 apresentar a aprendizagem. Então, eu acho que programa não. É, não cabe, é projeto. É, eu
 1266 acho que daí tem que tirar. É projeto. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
 1267 **Municipal da Fazenda – SMF:** Eu colocaria assim, ó: apresentar projeto que contemple, aí
 1268 bem como tu falou, mais de uma ação, ações já está no plural. É, que apresente então ações ou
 1269 campanhas. E atividades pode tirar. Isso. Projetos com ações e ou campanha. De combate ao
 1270 trabalho infantil, conforme a prevenção, contribuindo para o enfrentamento. Acho que é isso.
 1271 Tu vai apresentar projeto com várias ações, ou com campanha. Aí, depois a gente só vai ter
 1272 que selecionar o que é projeto e o que é campanha. O que seriam ações e qual é a campanha.
 1273 Daí eu acho que teria que ter valores diferentes e até estipular quantas campanhas na cidade
 1274 que a gente vai ter. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 1275 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso vai lá na inscrição do
 1276 projeto. Porque, realmente, imagina se a gente tiver 10 campanhas em Porto Alegre para o
 1277 mesmo tema de trabalho infantil. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas a gente vai ter que
 1278 pensar que, por exemplo, assim, ó, campanha, né? Só que essa campanha vai ser naquela

1279 microrregião ou ela vai ser para a cidade? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1280 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1281 **CMDCA:** Eu acho que daí a gente tem que fazer, tipo, um recorte dentro do projeto, dentro
 1282 do termo nosso, né, de que a gente vai botar campanha, para a campanha, pá, pá, pá, pá, pá,
 1283 pá, eu penso para a cidade. Tá? **Francyne da Rosa, CEMME:** E aí eu acho que a questão de
 1284 valor da campanha também. É diferente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 1285 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 1286 **CMDCA:** Porque, por exemplo, se eu for fazer uma campanha, eu vou fazer além de folder,
 1287 eu também vou fazer com mídia, tanto mídia, talvez televisão, pessoal entregando folheto,
 1288 encontros formativos também. Sabe? Então, assim, é uma baita de uma movimentação. A nível
 1289 cidade. A gente vai, olha, a R\$500.000,00. **Francyne da Rosa, CEMME:** É. Mas eu acho
 1290 que vale a campanha. Porque também, daqui a pouco 1 milhão ali, sabe? É 6 milhões, né? 1
 1291 milhão é destinado a campanha. E dessa campanha, o valor máximo, o valor mínimo é 100, o
 1292 valor máximo é 500. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum**
 1293 **Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Pode ser contemplado, digamos, até
 1294 sei lá, dois, três projetos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 1295 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Faz favor, manda para
 1296 o drive e já está. **Francyne da Rosa, CEMME:** Porque daí é isso. Só temos que ver a
 1297 questão da campanha, porque daí assim, são 12 meses de execução de três instituições, vamos
 1298 pensar, fazendo a mesma campanha na cidade de Porto Alegre. Então, daqui a pouco um
 1299 projeto de campanha contempla e deu. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1300 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Uhum.
 1301 Porque senão daí a gente tem três OSCs fazendo 12 meses campanhas da mesma coisa.
 1302 **Francyne da Rosa, CEMME:** Então, daqui a pouco um projeto será selecionado para a
 1303 campanha, o projeto poderá ser de 100 a 500 mil. **Lisete Aparecida da Silva Felipe,**
 1304 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:**
 1305 Seriam as indiretas, né? Não atende direto o público. Teria que ser algo que não, né? Porque a
 1306 ideia é chegar o dinheiro lá na criança. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
 1307 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Talvez até
 1308 priorizadas as OSCs, né, com atendimento indireto, que aí é atendimento indireto. Então, era
 1309 isso, gente!

1310 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
1311 Direitos da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
1312 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.